

*A presença feminina no mercado de trabalho
no Brasil e no Espírito Santo: dos tempos coloniais
aos dias atuais*

MARIA BEATRIZ NADER
Universidade Federal do Espírito Santo

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO brasileiro tem raízes no período colonial, quando mulheres proviam o próprio sustento e o de sua família, desenvolvendo atividades de produção doméstica para sua comercialização (bordados e doces) ou improvisavam trabalhos tidos como masculinos para sobreviver (como o de tropeiras e cocheiras).

A sociedade brasileira, que se pautou no poder masculino, jamais prescindiu da mão-de-obra feminina. Tanto as mulheres das camadas mais abastadas da sociedade quanto as mais pobres conviveram com o trabalho, desenvolvendo-o cada uma de acordo com a sua necessidade.

Em fins do século XVI, quando a descoberta das minas propiciou o deslocamento do eixo econômico da Colônia para o sul (antes basicamente assentada nas plantações de cana de açúcar do Nordeste), a vida urbana no Brasil intensificou-se e deu oportunidade à população feminina para uma participação mais intensa nas atividades do mercado de trabalho que se abria. A falta de escravos e os espaços deixados pelos homens que migravam constantemente para outras regiões em busca de enriquecimento permitiram que as mulheres entrassem no mercado de pequenos negócios e serviços ligados ao abastecimento urbano.

Pouco se sabe sobre as mulheres de Vitória dessa época. A escassa historiografia que faz alguma referência sobre a participação feminina no

mercado de trabalho na cidade informa apenas que as mulheres capixabas eram habilidosas tecelãs e que viviam do artesanato, da fiação e da costura.

Em São Paulo e Minas Gerais, em fins do século XVIII e início do XIX, as mulheres tinham presença absoluta na circulação de gêneros de primeira necessidade e na organização do mercado ambulante de alimentos e de produtos de consumo. Especificamente na cidade de São João Del Rei, ainda na primeira metade do século XIX, a maioria das mulheres, livres e escravas, desenvolvia atividades relacionadas à fiação, tecelagem, agricultura e ao serviço doméstico. Somente uma pequena parcela dedicava-se à pecuária e à mineração. Mas era na área urbana que as mulheres se integravam às atividades de comércio e de artesanato.

Os quadros de profissões, que demonstravam a complexidade das atividades de base econômica, e a presença feminina no mercado informal de trabalho apontavam grande variedade de ocupações em espaços regionais diversos. Para se ter uma idéia dessa diversidade, Samara (1992) observa que, nas *Listas de Habitantes de Minas Gerais*, para os anos de 1831 e de 1838 foram arrolados 250 tipos de ocupações femininas, e que em Fortaleza, em 1887, foram arrolados 218. A variedade de ocupações femininas em São Paulo também não se afastava desses números, mantendo níveis semelhantes.

De acordo com o *Recenseamento da População do Império do Brasil* de 1872, alguns trabalhos desenvolvidos pelas mulheres fugiam aos padrões de serviços domésticos tradicionais. Eram atividades, entre outras, de criadoras, jornaleiras, operárias de tecidos, comerciantes, artistas, manufactureiras e fabricantes, operárias em couro e peles, operárias em calçados, professoras, capitalistas e proprietárias, guarda-livros e caixeiras, operárias em vestuários, operárias em tinturaria, operárias em chapéus.

Tabela 01 – PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO. BRASIL – 1872

PROFISSÕES	Participação Feminina		Total
	Número	%	
Advogado	0	0	1.674
Artistas	4.297	0,043	41.203
Canteiros/calçeteiros/mineiros/cavouqueiros	0	0	4.332
Capitalistas/proprietários	8.723	0,087	31.863
Cirurgiões	0	0	238
Comerciantes/guarda-livros/caixeiros	8.556	0,086	102.133
Costureiras	506.450	5,099	506.450
Criadores	58.689	0,590	206.132
Criados/jornaleiros	135.455	1,364	409.672
Empregados públicos	0	0	10.710
Farmacêuticos	0	0	1.392
Juízes	0	0	968
Lavradores	905.636	9,119	3.037.466
Manufatureiros/fabricantes	4.870	0,050	19.366
Marítimos	0	0	21.703
Médicos	0	0	1.729
Militares	0	0	27.716
“Notários” e escrivães	0	0	1.493
Oficiais de justiça	0	0	1.619
Operários em chapéus	219	0,002	1.930
Operários em couros/peles	15	0	5.627
Operários em tecidos	133.029	1,340	139.342
Operários em tinturaria	127	0,001	549
Operários em calçados	0	0	20.001
Operários em edificações	0	0	20.960
Operários em madeira	0	0	39.492
Operários em metais	0	0	19.461
Operários em vestuários	0	0	11.242
Parteiros	1.147	0,012	1.197
Pescadores	0	0	17.742
Procuradores	0	0	1.204
Professores e homens de letras	2.218	0,022	3.525
Religiosos (regulares)	286	0,002	393
Religiosos (seculares)	0	0	2.225
Serviços domésticos	848.831	8,548	1.045.615
Sem profissão	2.188.061	22,033	4.172.114
TOTAL	4.806.609	48,402	100,00

Fonte: SAMARA, 1997 (Adaptação)

Enquanto, nas cidades, as mulheres encontravam maiores oportunidades de negócios e de trabalho, como de costureiras, jornaleiras e operárias de tecidos, nos campos, onde prevalecia a produção voltada à exportação, o trabalho rural dava mais emprego aos homens. Um exemplo era o plantio do café, no qual o investimento financeiro era maior: em São Paulo e no Espírito Santo, nessa atividade o número de mulheres trabalhadoras era pequeno e sempre abaixo do número de homens.

Tabela 02 – LAVRADORES DE CAFÉ DO BRASIL, DO ESPÍRITO SANTO E DE SÃO PAULO, POR SEXO –1872

LOCALIDADE	BRASIL		ESPÍRITO SANTO		SÃO PAULO	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasileiros livres	1.591.412	636.210	13.129	4.700	153.203	75.655
Estrangeiros livres	38.089	10.942	657	274	3.862	933
Escravos	373.990	204.125	8.094	4.823	56.934	29.947
TOTAL	2.003.491	851.277	21.880	9.797	213.999	106.535

Fonte: CARVALHO, 1920; SAMARA, 1997.

Compunham esse quadro mulheres livres e escravas, significando uma pequena variação de condição e etnia e somando pouca flutuação entre a mão-de-obra das mulheres livres pobres e das mulheres escravas, que integravam o cotidiano das atividades urbanas brasileiras.

Sob o sistema escravocrata brasileiro, que durou até fins do século XIX, a maioria das mulheres se incluía na classe trabalhadora rural, urbana e nos serviços domésticos. Trabalhadoras escravas, cuidando da lavoura ou das atividades cotidianas das propriedades agrárias e urbanas, ou senhoras, administrando a escravaria ou os negócios da família, as mulheres brasileiras, livres, pobres ou não, propiciaram o equilíbrio com os homens na força de trabalho em todo o Brasil.

No interior do Espírito Santo, especificamente no assentamento dos povos migrantes como pequenos proprietários, desenvolveu-se o sistema de relações de produção familiar, cuja mão-de-obra envolvia todos os membros da família, sem distinção de sexo. Nas famílias dos pequenos proprietários, as mulheres exerciam atividades iguais às dos homens, participavam da derrubada de florestas, das plantações e das colheitas.

A participação feminina na agricultura foi fundamental para a manutenção das fazendas capixabas, desde o início da colonização. No entanto, apesar de as

mulheres terem funções bem definidas dentro dessas pequenas propriedades e atuarem lado a lado com os homens nos campos, a cultura de tradição religiosa efervescente manipulava sua formação, voltada para a constituição de uma família, cujo principal papel era o de esposa e mãe.

Em sua obra de pesquisa demo-biológica, realizada no Espírito Santo, no início do século XX, com o fim de contribuir para o estudo do problema da aclimação, numa população de origem alemã radicada no interior capixaba, Gustav Giemsa e Ernest Nauch (1950) descrevem o universo da mulher capixaba rural no contexto das atividades sociais do trabalho, afirmando que as mulheres cozinham, cortam e costuram, remendam roupas, alimentam os animais, ordenham as vacas, além de realizar, no campo, outros trabalhos variados e leves, como a colheita do café, limpeza do pasto.

A mão-de-obra familiar nas pequenas propriedades era a tônica do sistema econômico capixaba, e a estrutura dos grupos familiares que habitavam essas terras era a mesma que, durante os três séculos de colonização portuguesa na América, envolveu homens e mulheres em uma sociedade rigidamente hierárquica, estabelecida sobre papéis sociais bem diferenciados entre os homens e as mulheres. Para os homens, o destino público os induziu à escolha de um trabalho, da forma de participação política, dos meios de diversão; para as mulheres, o destino privado determinou o papel de esposa e mãe, além da responsabilidade pelo trabalho doméstico.

A dominação masculina que aparece na sociedade brasileira traduziu-se na lógica que rege o poder do homem sobre todos os membros da família, principalmente sobre a mulher e seus filhos, como o que se constituiu nos moldes da família patriarcal, que promoveu essa divisão manifesta de sexismo e atribuiu a cada pessoa papéis e modelos de comportamento predeterminados, de acordo com o gênero: os homens, sujeitos que *nunca* fraquejam, afirmam-se em sua *superioridade*, têm *naturalmente* capacidade de gerir seu próprio sustento e por isso tornam-se *responsáveis* pelo sustento de suas mulheres e de seus filhos. As mulheres, *naturalmente* dependentes, devem ser *submissas e dóceis*.

Esse imaginário, fortalecido pela família e pela Igreja Católica, que se apropriaram da educação e se utilizaram da cultura e da disciplina para convencer a mulher de que era esse o seu papel na sociedade, prevaleceu mesmo entre as mulheres que exerciam sua força de trabalho junto com os homens nas lidas rurais coloniais e no mercado de trabalho urbano, após a segunda metade do século XIX, quando foram instaladas as primeiras fábricas têxteis no país.

Mesmo presas ao *ideal feminino*, as mulheres ocuparam espaços no mundo fabril e tornaram-se operárias, competindo com os homens no mercado de trabalho. Em 1882, existiam, no Rio de Janeiro, quarenta fábricas de fiação de algodão e em apenas uma delas foram registradas 60 mulheres como operárias. Fábricas de outros produtos também empregavam mulheres. Provavelmente, 2.000 eram empregadas em estabelecimentos fabris nessa época.

Na cidade de São Paulo, as mulheres participavam ativamente do mercado público de trabalho. Nos anos de 1869 e 1890, a Repartição Pública de Estatística apurou que a participação das mulheres em diversas profissões, em relação aos homens empregados, cresceu de 3,5% para 20% do total de mão-de-obra adulta empregada em estabelecimentos industriais da capital paulista. No Espírito Santo, entretanto, tem-se conhecimento da presença feminina em indústrias a partir da década de 1920, em duas fábricas: uma localizada em Cachoeiro de Itapemirim, que empregava 186 mulheres, ou seja, 64,80% de seu quadro de empregados, e outra em Vitória.¹

Com os avanços tecnológicos aliados ao processo da industrialização e ao crescimento da cidade de Vitória, até o final dos anos de 1950, o panorama de trabalho feminino não sofreu grandes modificações, pois as mulheres continuaram não tendo acesso ao profissionalismo, considerado masculino por excelência. Eram poucas, portanto, as oportunidades de trabalho assalariado para elas. Prevalcia o imaginário social que consistia em determinar que o lugar da mulher era o espaço geográfico da casa e que o trabalho feminino fora dele era pernicioso e desmoralizante: pernicioso, porque dava às mulheres a chance de perceber o quanto o mundo público se cercava de irregularidades e, certamente, de levar consigo a moralidade que desenvolveram na vida privada, o que transformaria as leis discriminatórias em igualdade formal legal entre os gêneros; desmoralizante, porque prevalecia o imaginário de que era o homem quem deveria sustentar sua família.

Eram aceitos somente os empregos de professora, de funcionárias de algum estabelecimento comercial (em escritórios e na burocracia), ou o desenvolvimento de atividades consideradas como extensão de ocupações tradicionalmente femininas e subalternas (como cozinheira, arrumadeira, amaseca, lavadeira, entre outras), mesmo sendo marginais ao processo vigente de produção e mal remuneradas.²

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres capixabas que queriam desenvolver atividades fora da área do magistério e tinham condições financeiras para isso tiveram que sair de Vitória e realizar cursos superiores nos grandes

centros do país. Assim, algumas se formaram em Farmácia, Odontologia, Medicina, Nutricionismo, Direito, Física e Química.

Segundo Novaes (1999), muitas mulheres que se tornaram profissionais graduadas esbarraram em preconceitos, críticas e descrenças com relação ao seu potencial de trabalho. Mesmo assim, prestaram concursos públicos, disputaram empregos com os homens em laboratórios de análises de alimentos, no Banco do Brasil, em hospitais e também em escolas onde somente homens lecionavam.

A própria Maria Stella de Novaes foi vítima desses preconceitos. Na obra *A Mulher na História do Espírito Santo*, ela conta que, em junho de 1923, inscreveu-se para o concurso da Escola Normal do Estado, objetivando dar aulas de Física, Química e História Natural. Segundo a autora, os promotores fizeram de tudo para que ela não participasse das provas. Eis uma parte de seu relato:

Em junho de 1923, porém, a incapacidade mental da mulher sofreu a primeira derrota, na própria cidade de Vitória, porque uma jovem professora interina da escola Normal tivera a coragem suprema de inscrever-se no curso de Física, Química e História Natural, a fim de consolidar sua posição, como catedrática, portanto, vitalícia. Enfrentou críticas, superou descrenças na sua cultura. Venceu, porém, e apresentou a primeira tese impressa, para concursos, no referido estabelecimento de ensino, visto como, até então, as provas eram escritas, com os pontos sorteados, na véspera. A tese constou de duas partes: Os Moluscos nas suas relações com a geologia e um Traço de união entre a Física e a Química (Eletricidade). E as provas duraram dois dias: um, para a defesa da tese; outro, para a preleção e a prática, no laboratório. (Novaes, 1999:109)

Em março de 1925, depois de realizadas as provas eliminatórias, ela foi classificada e nomeada, tornando-se a primeira mulher catedrática do Ginásio, em todo o Brasil.

Anos depois, mais precisamente em abril de 1981, Maria Stella de Novaes foi entrevistada por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves e, durante a entrevista, mostrou como foi difícil para ela lutar contra a prepotência masculina, que não admitia o fato de uma mulher ser candidata a uma cadeira na escola onde somente homens *deveriam* lecionar. (Leite, 2002)

Essa experiência vivida por Novaes prova o quanto a segregação no trabalho refletia a idéia de que o gênero havia se tornado um fator determinante na ocupação de determinados setores do mercado. O acesso à educação, que já era restrito a poucas mulheres, contribuía para manter o leque de opções profissionais ainda muito estreito. O magistério é um clássico exemplo disso.

Nas primeiras décadas do século XX, por ser considerado uma profissão em que a mulher reproduz as atividades desenvolvidas dentro da unidade doméstica, o magistério para os primeiros anos escolares passou a ser designado como *profissão naturalmente feminina*, aceita pelos padrões culturais elitistas que determinavam o lugar da mulher dentro dos espaços domésticos.³ No entanto, as mulheres tinham que lutar para conseguir uma vaga no magistério secundário e superior, fosse para trabalhar, fosse para estudar.

Contrariando tal imaginário, muitas mulheres que conseguiram prosseguir em seus estudos para além do primário fizeram cursos preparatórios, de modo que pudessem atuar em funções auxiliares na indústria e no comércio. Aproveitando-se de todas as oportunidades que surgiam com a modernidade, elas ocupavam principalmente as funções que lhes eram abertas no setor de serviços.

Em Vitória, até a década de 1950, o ramo de serviços ainda era pouco diversificado. Entretanto, muitas mulheres deram continuidade às atividades exercidas dentro dos muros domésticos, como o cuidado com as crianças e com os enfermos. Nessa década, foi criada a Escola de Auxiliares de Enfermagem e, por força de um convênio entre o Governo do Estado e o Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, criou-se o curso de Assistência Social. Esse último, gradativamente, deu origem ao serviço social no Juizado de Menores, no Sanatório Getúlio Vargas, na Lavanderia Pública, na Santa Casa de Misericórdia, assim como à criação de centros e obras sociais em bairros da cidade e em municípios próximos.

As atividades femininas, seja nas empresas que se abriam, seja nos setores relacionados à cultura, às finanças, ou mesmo à administração pública, foram se expandindo, embora exigissem um nível educacional mais aprimorado. Somente depois que foi criada a Universidade Federal do Espírito Santo, em 1954, as mulheres puderam, enfim, ter oportunidades para ampliar seu leque de conhecimentos e aumentar suas possibilidades de trabalho.⁴

Contudo, o *provincianismo* que ainda se mantinha como característica da cidade prolongar-se-ia com a chegada maciça dos migrantes rurais, a partir dos anos de 1960, pois, apesar de a cidade impor um estilo de vida peculiar e diferente daquele que ocorria no mundo agrário, exigindo mesmo papéis sexuais cada vez mais socializados e criando novos hábitos e valores, a sociedade vitoriense mantinha-se presa a tradições rurais de comportamento.

Em sua análise sobre a imigração rural para grandes centros urbanos do Brasil, Souza (1951) afirma que, ao mudar-se para as cidades, a população camponesa tendia a preservar aspectos do velho sistema de organização, levando

para a vida urbana comportamentos vividos nos campos. Para o autor, somente as mulheres que praticavam a dupla jornada de trabalho, ou seja, que mantinham estreito contato entre o mundo público e o privado, eram os elementos conciliatórios dos novos hábitos citadinos com os adquiridos pela herança rural.

Contudo, isso demandava tempo. Em Vitória, muito lentamente as mulheres tiveram condições de interagir com as mudanças de comportamento necessárias para a convivência com a cidade que crescia a *olho nu*. Somente após os anos de 1970 é que realmente elas começaram a sobressair-se na educação e em profissões rentáveis, mesmo assim em número bastante reduzido, pois, embora a população feminina reagisse aos estereótipos e à segregação profissional, muitos preconceitos insistiam em permanecer.

A grande massa populacional feminina, que precisava trabalhar para sustentar sozinha ou mesmo contribuir para o sustento de sua família, não estudou ou não prolongou seus estudos para além dos primeiros anos de escola. Ainda assim, foi incorporada no mercado de trabalho, como assalariada ou não. Milhares de mulheres sem a qualificação exigida pelas atividades industriais e comerciais urbanas ligaram-se a atividades informais, tornando-se biscateiras e vendedoras ambulantes ao redor do centro urbano de Vitória. Descontando as que desenvolviam atividades na área de magistério, o número absoluto delas no mercado de trabalho era muito pequeno.

Em 1970, da população total de 70.103 mulheres habitantes de Vitória, somente 35,57% estavam no mercado de trabalho. Segundo o Censo Demográfico do Estado do Espírito Santo, nesse ano elas desenvolviam atividades relacionadas à prestação de serviços que se ligavam às tarefas domésticas remuneradas, tais como serviços de alimentação (cozinheiras, garçonetes) e higiene pessoal (cabeleireiras, manicures e pedicures, lavadeiras e engomadeiras).

Nessa década, o setor industrial ainda não possuía um significativo mercado para atender à mão-de-obra feminina e empregava somente 600 mulheres. Os empregadores do ramo contratavam preferencialmente pessoas do sexo masculino para desenvolver atividades características não só da indústria de transformação (empresas que abrangiam as áreas de mecânica, couro, madeira, eletricidade, alimentação, bebidas, indústria gráfica, cerâmica e vidro), mas também da indústria de construção civil (cujos profissionais eram armadores de concreto, pedreiros, mestres de obras, serventes, pintores, caiadores, estucadores, ladrilheiros, tanqueiros, encanadores, vidraceiros, calceteiros, asfaltadores, calafates e operadores de máquinas nas áreas de obras).

Normalmente, eram atividades que exigiam contato com máquinas nas áreas de obras e com outros materiais com os quais somente os homens lidavam, ou seja, tratava-se de atividades consideradas masculinas por excelência.

A monografia *Interpretação e variação de uma doce memória: a Companhia Vale do Rio Doce* apresenta o relato de uma mulher que foi admitida na CVRD, em 1972. Segundo a autora, Maria Ângela Rosa Soares, naquele ano apenas 12 mulheres trabalhavam no Porto de Tubarão, exercendo atividades burocráticas no *prédio do escritório central* da empresa. Não mantinham qualquer tipo de contato com as obras desenvolvidas no Porto, onde se concentrava a grande massa de empregados. Fugindo ao padrão classificatório das atividades de trabalho na empresa, essa mulher foi trabalhar no pátio da usina do Porto, em um barracão de madeira, onde fazia o recrutamento de pessoal para trabalhar nas usinas que estavam sendo construídas pela CVRD. Ela era a única mulher que trabalhava no pátio da empresa, e seu contato maior era, portanto, com os peões que trabalhavam no cais do Porto.

Em sua monografia, Soares registra a racionalidade das funções de trabalho no universo masculino e feminino, quando mostra que a empresa dividia seu pessoal em Quadro Técnico e Quadro Geral. No primeiro, somente eram admitidos engenheiros para os cargos de chefia, e raramente uma mulher, mesmo estando apta às funções do cargo. No segundo, que envolvia funcionários abaixo do nível técnico, empregavam-se mulheres. No entanto, se a mulher fosse técnica em eletrônica, iria trabalhar na área de desenho; se fosse técnica em mecânica, iria para a área de materiais. Tal encaminhamento dava-se de forma a *evitar que as mulheres colocassem as mãos nos equipamentos*. Elas precisavam conhecer o material utilizado nos setores para exercer as funções que ocupavam, mas não trabalhavam diretamente com os materiais, pois *isso era coisa de homem*.

Algumas mulheres foram encaminhadas para setores mais operacionais, como o Núcleo de Processamento de Dados, onde desenvolviam atividades mais *delicadas* e compatíveis com a *fragilidade feminina*. Somente em fins da década de 1980, as mulheres da área técnica puderam atuar com os equipamentos da empresa.

Ainda na década de 1970, outras grandes indústrias localizadas ao redor da cidade abriram 21.000 oportunidades de empregos,⁵ absorvendo maior número de mão-de-obra feminina. Especificamente no ramo industrial, o número de mulheres empregadas durante essa década aumentou na ordem de 24%.

Contudo, foi o comércio e o setor de serviços que abriram maiores oportunidades de trabalho para as mulheres. Em 1980, o setor terciário abrangia

41,15% de todos os empregos disponíveis na cidade e dentro deles enquadravam-se 53,74% da população feminina economicamente ativa. Os empregos nesse setor assumiram um papel relevante dentro do mercado empregatício feminino, principalmente nas atividades da área de serviços que, em dez anos, teve um crescimento da ordem de 48,59%.

Esse fenômeno explica-se primeiro pelo crescimento populacional de Vitória. No Censo Demográfico de 1980, a PEA que vivia ao redor da cidade, isto é, na área da Grande Vitória, era composta de 532.079 pessoas, sendo 51,15% mulheres. Dessas, no entanto, somente 37,9% tinham rendimentos que variavam entre um quarto de salário mínimo até mais de 20 salários.

Tabela 03 – POPULAÇÃO FEMININA ECONOMICAMENTE ATIVA. GRANDE VITÓRIA, 1980

Classes de Rendimento Mensal (salário mínimo)	Total	Mulheres	%
Até ¼	58.609	6.107	10,41
+ de ¼ a ½	22.284	15.665	70,29
+ de ½ a 1	53.421	27.068	50,66
+ 1 a 1 ½	58.609	19.936	34,01
+ 1 ½ a 2	34.418	8.566	24,88
+2 a 3	41.339	9.377	22,68
+3 a 5	33.269	7.507	22,56
+5 a 10	24.988	4.826	19,31
+10 a 20	10.528	1.444	17,71
+20	4.649	245	5,26
Sem rendimentos	238.385	170.417	71,48
Sem declaração	1.695	952	56,16
TOTAL	532.079	272.110	51,14

Fonte: SIQUEIRA, 2002, p. 148. (Adaptação).

Outra explicação encontra-se na permanência das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Nessa época, os empregos que absorviam a mão-de-obra feminina multiplicaram-se em relação à década anterior. Porém, as mulheres, em geral, ainda desenvolviam atividades que lhes proporcionavam uma baixa remuneração. Sua presença no mercado de trabalho era maciça, mas, de certa forma, ainda enfrentavam barreiras: ocupavam os lugares menos privilegiados e suas condições de trabalho eram mais precárias do que as dos homens.⁶

As trabalhadoras que não conseguiam emprego recorriam à estratégia de sobrevivência em um mercado que não mantinha ligações com o setor formal de trabalho, vinculando-se à prestação de serviços não especializados ou explorando pequenos negócios e criando um grande mercado informal.

Em fins dos anos de 1980, o mercado de trabalho secundário fez surgir novas oportunidades de trabalho para as mulheres de Vitória. Nessa época, a participação feminina no mercado capixaba chegou a atingir a casa dos 53,23% do total da população ativa da cidade.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no Brasil, durante o período de 1986 a 1996, o índice de contratação feminina atingiu um patamar de 18,42%, enquanto em todo o mercado de Vitória, no período compreendido entre 1980 e 1991, esse índice foi de 66 %.

Tabela 04 – SETOR DE ATIVIDADES DA POPULAÇÃO FEMININA
ECONOMICAMENTE ATIVA DE VITÓRIA – 1980-1991

Setor de Atividades	Total de Mulheres Empregadas	
	1980	1991
Prestação de serviços	13.908	14.542
Atividades industriais	2.502	4.155
Atividades sociais	7.407	11.721
Comércio de mercadorias	2.939	6.299
Administração pública	2.352	838
Transporte, comunicação e armazenamento	603	3.899
Agropecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	89	289
Outras Atividades	1.545	5.746
TOTAL	31.345	47.489

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo (1980, 1991).

O setor de indústria abriu vagas para a mão-de-obra feminina, que cresceu 60,21% entre os anos de 1980 a 1991. Destacou-se a indústria da construção civil, que empregou 644 mulheres em atividades consideradas eminentemente masculinas, tais como pedreiras, encarregadas de obras, pintoras, entre outras, e a indústria de transformação, que, sozinha, abriu espaço para 2.685 mulheres, aumentando suas vagas em torno de 48,64% durante esse período.

Contudo, novamente foram os setores de serviços e comércio que mais absorveram a mão-de-obra feminina. As novas oportunidades que surgiram chegaram a absorver em torno de 3.153 mulheres.⁷ Esse fato chama a atenção porque normalmente são atividades que envolvem ocupações habitualmente classificadas como de finalidade organizacional, de prestação de serviços para empresas e autônomos que atuam na área do comércio de mercadorias, de armazenagem, em ocupações da área de seguros, finanças e valores, áreas de transportes rodoviário e marítimo, todos empreendimentos considerados de exclusividade masculina. Outras áreas restritas ao gênero masculino durante séculos e que também absorveram significativo contingente feminino foram as de pesca, extração vegetal, silvicultura, transporte e comunicação. Desde 1970, a presença das mulheres nessas últimas atividades teve um índice de crescimento em torno de 16 vezes.

É importante mencionar o fato de que, no âmbito das ofertas de trabalho explicitadas acima, em todo o período pesquisado ocorreu significativa participação feminina no mercado de trabalho, uma participação que as estatísticas não conseguiram captar, pois as dificuldades para se registrar todas as atividades desenvolvidas por elas são expressivas. Não se leva em conta, até hoje, por exemplo, a realização das tarefas realizadas dentro de casa, por não serem consideradas como trabalho produtivo, apesar de as mulheres seguirem sendo as principais responsáveis pelas atividades desenvolvidas no espaço doméstico e pelo cuidado com os filhos e demais familiares. Independente do fato de estarem ou não no mercado de trabalho, as mulheres que realizam tarefas dentro de suas casas são depreciadas e suas atividades não são computadas nas estatísticas, que as classificam como “inativas” ou “domésticas”.

Se todas as mulheres que se casam e trabalham dentro de seu domicílio fossem consideradas não apenas como “esposas”, mas também como trabalhadoras economicamente ativas, as taxas globais de atividade feminina seriam consideradas superiores às existentes e, desse modo, atingiriam um índice aproximado de 99%.

Tal perspectiva torna evidente a desconsideração pelo trabalho doméstico realizado pela mulher e contribui para a manutenção da hierarquia entre os gêneros, além de confirmar a preservação da *característica feminina* criada pela sociedade, que ainda identifica a mulher como “esposa”.

Na verdade, a compreensão desse fenômeno se dá pela própria interpretação que a historiografia e a literatura realizaram da tutela que o homem exercia sobre a mulher, tutela diretamente relacionada à ordem econômica e ao controle

político da sociedade: na primeira, pela dependência econômica feminina para com o homem e a rígida divisão social do trabalho; no segundo, pela manutenção da supremacia masculina na sociedade.

Com base nesses interesses, ao longo dos séculos a relação da vida feminina com o casamento estreitou-se, fazendo com que milhares de gerações acreditassem que esse fosse o único “sonho das mulheres”.

Essa crença obteve êxito e a sociedade humana, durante séculos, tomou-a como verdadeira, considerando-a pertencente à *natureza* feminina, principalmente nas sociedades nas quais as mulheres não trocavam sua lida por salários e dependiam economicamente dos homens.

Referências Bibliográficas

- BRUSCHINI, Cristina. Mudanças e persistência no trabalho feminino (Brasil, 1985 a 1995). In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 29-55.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GIEMSA, Gustav & NAUCH, Ernest. *Viagem de estudos ao Espírito Santo*. Hamburgo: De Gruyter & Co., 1939. (Traduzido Reginaldo Sant’Ana, 1950)
- LEITE, Juçara Leite. *Natureza, folclore e história: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia Espírito-Santense no século XX*. 2002. 436 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LEITE, Míriam Moreira. (Org.) *A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec. 1994. (Coleção Estudos Históricos).
- MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo (1890-1920). *Estudos Cedhal*, São Paulo, n. 03, 1988.
- NADER, Maria Beatriz Nader. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2001.
- NOVAES, Maria Stella de. *A mulher na história do Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: EDUFES, 1999. (Coleção José Costa, v. 4)
- OLIVEIRA, 1975; NOVAES, Maria Stella de. *A mulher na história do Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: Edufes, 1999. (Coleção José Costa, 4).
- SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo. (1888-1930)*. 1994. 241 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX*. Trabalho apresentado na Conference on Matrilineality and Patrilineality. In: Comparative Historical Perspective, promovida pela University of Minnesota, Minneapolis, USA, em maio de 1992.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX. In: _____. (org.). *As idéias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-61.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mudanças econômicas, gênero e família no Brasil. (1836-1996). *População e Sociedade*, São Paulo, n. 4, p. 43-57, 1998.

SILVA, Cleide Bezerra da. *Matrimônio e patrimônio: as armadilhas do amor em fim de século*. 2002. 201 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2002.

SOARES, Maria Angela Rosa. *Interpretação e variação de uma doce memória: a Companhia Vale do Rio Doce. 1997*. 270 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. The brazilian family. In: SMITH, T. Lynn. *Brazil, portrait of half a continent*. New York: Dryden Press, 1951. p. 291-312.

VALLE, Eurípedes Queiróz do. *O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades (Os 10 mais ...)*. 3. ed. Vitória: [s. n.], 1971.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.) *Vitória: trajetórias de uma cidade*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1993.

Notas

¹ No Arquivo Público de Vitória, encontram-se várias fotografias das atividades da Fábrica de Tecidos “União Manufatora de Tecidos de Jucutuquara”. Mas somente duas mostram a presença de mulheres trabalhando. Seus registros não trazem qualquer referência a respeito da presença feminina na fábrica, nem mesmo na época das fotos.

² Em 1928, o jornal *Diário da Manhã* anunciava ofertas de emprego para “Amma Secca” e “Cosinheira” em casas de famílias. *Jornal Diário da Manhã*, Vitória, 28 maio 1928, p. 4. Acervo do Arquivo Geral de Vitória.

³ Mesmo assim, mulheres provindas de camadas sociais empobrecidas buscaram o acesso à educação profissionalizante, que a levava ao magistério.

⁴ A Universidade Federal do Espírito Santo foi criada em 1954, no Governo Estadual de Jones dos Santos Neves. VALLE, Eurípedes Queiróz do. *O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades (Os 10 mais ...)*. 3. ed. Vitória: [s. n.], 1971.

⁵ Em 1977 a Cofavi mantinha 1.600 empregados. Em 1978, o Complexo Naval e o Complexo Paraquímico empregavam 6.500 pessoas. Só na fase de construção das usinas da CVRD foram empregadas 1.400 pessoas. A CST, nas suas primeira e segunda fases, contratou 4.674 e 7.500 pessoas, respectivamente.

⁶ Sobre a precariedade do trabalho feminino em todo o Brasil, ver BRUSCHINI, Cristina. *Mudanças e persistência no trabalho feminino* (Brasil, 1985 a 1995). In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 29-55.

⁷ Em 1995, as mulheres alcançaram o patamar de 50,15% da PEA de todo o estado do Espírito Santo. FIBGE – Banco de Dados Agregados. Sidra. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 out. 2002.

MARIA BEATRIZ NADER

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo

Pesquisa em andamento: “Feminismo: movimento de libertação masculina. Do poder patriarcal ao homem metrosssexual”

marxis@terra.com.br